



# REALIZAÇÃO



# PATROCÍNIO



# PARCEIROS



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

## Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado  
Camila Lacerda Couto - Especialização  
Cléo Belício Lopes - Especialização  
Daniel Flores - Pós-Doutorado  
Débora Flores - Mestrado  
Denize Brum Camargo - Graduação  
Flavia Helena Conrado - Mestrado  
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado  
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização  
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização  
Raquel Miranda da Silva - Especialização  
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado  
Rosani Gorete Feron - Especialização  
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado  
Viviane Portella de Portella - Mestrado

## Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente  
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro  
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro  
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro  
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro  
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

## Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro  
Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro  
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro  
Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

## Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL  
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas  
Ana Célia Rodrigues - UFF  
André Malverdes - UFES  
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB  
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO  
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL  
Aurora Leonor Freixo - UFBA  
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas  
Carla Mara da Silva Silva- UFAM  
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq  
Carlos Blaya Perez - UFSM  
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG  
Dhion Carlos Hedlund - FURG  
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC  
Eliandro dos Santos Costa - UEL  
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO  
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM  
Flávio Leal da Silva - UNIRIO  
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA  
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA  
Heloísa Liberalli Bellotto - USP  
Janilton Fernandes Nunes - UFAM  
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq  
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS  
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP  
Josemar Henrique de Melo - UEPB  
Julianne Teixeira e Silva - UFPB  
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB  
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG  
Marcieli Brondani de Souza - UFAM  
Margarete Farias de Moraes - UFES  
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS  
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL  
Maria Leandra Bizello - UNESP  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA  
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES  
Mateus de Moura Rodrigues - FURG  
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas  
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA  
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB  
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS  
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL  
Sérgio Renato Lampert - FURG  
Sônia Elisabete Constante - UFSM  
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP  
Úrsula Blattmann - UFSC  
Welder Antônio Silva - UFMG

## **Comissão de Apoio**



### **Secretária**

Melina Pereira

### **Comissão de Divulgação**

Everton Tolves  
Pâmela Menezes Flores  
André Grendene Azevedo  
Maria Eduarda Flores

### **Comissão de Transportes**

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon  
Comissão Artística  
Arion Pilla

### **Comissão de Projetos**

Jonas Ferrigolo Melo  
Juliana Kirchhof  
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

### **Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados**

Camila Medeiros  
Tamiris Carvalho  
Catiana Ramiro

### **Comissão de Infraestrutura**

Adriéli Mello  
Douglas Duarte

### **Editoração e Revisão**

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



**Associação dos Arquivistas do RS - AARS**

**Biênio 2013 - 2015**

**Diretoria**

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

**CONSELHO FISCAL - TITULARES**

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTES**

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



## SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	<b>09</b>
AARS.....	<b>11</b>
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	<b>12</b>
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>328</b>
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	<b>370</b>
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	<b>615</b>
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>730</b>
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	<b>949</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	<b>1121</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>1143</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	<b>1168</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>1220</b>

## SOBRE O EVENTO

### **VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS**

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

## A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



# ***COMUNICAÇÕES ORAIS***

***EIXO:***

***GESTÃO DOCUMENTAL***

## AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A NECESSIDADE DE UMA GESTÃO DOCUMENTAL SISTÊMICA

Luiz Carlos da Silva<sup>309</sup>

Jorge Santa Anna<sup>310</sup>

### RESUMO

A Gestão documental tem se constituído um dos temas mais debatidos na Arquivística moderna, sobretudo com as novas tendências ocasionadas a partir da evolução tecnológica e da Sociedade da Informação. No entanto, inúmeros desafios abrangem sua consolidação, especialmente nos arquivos públicos, pois, muitas vezes, problemas de padronização e integração perfazem o contexto dessas instituições. Assim sendo, este estudo objetiva analisar na literatura, pesquisas sobre gestão documental, realizadas em arquivos públicos com vistas à integração documental produzida nesses arquivos. O estudo traz à baila algumas características e conceituações de documento, arquivo, gestão documental e gestão documental sistêmica. Também demonstra os fatores que interferiram na modernização das unidades de informação, refletindo sobre a necessidade de adentração do arquivo nas redes de informação/conhecimento, tornando-o uma unidade integrada. Metodologicamente, o estudo foi conduzido por revisão bibliográfica, através da análise de diferentes publicações, como: livros sobre gestão documental, artigos, teses e dissertações produzidas nos últimos cinco anos e indexados na base de dados da biblioteca Scielo e em Repositórios Institucionais e, por fim, utilizou-se, também, a consulta à legislação arquivística. Os resultados da revisão confirmam que o termo “gestão documental sistêmica” ainda não está sendo utilizado pelos teóricos da área, no entanto, ao abordar a gestão documental, presume-se que ela deve ser conduzida com base em novos instrumentos, metodologias e recursos arquivísticos, disponibilizados em ambiente digital, sendo devidamente compartilhados, consumando uma ambiência arquivística dinâmica, interativa e integrada, permeada por trabalho colaborativo.

**Palavras-chave:** Documento. Gestão de documentos. Gestão documental sistêmica. Integração. Trabalho colaborativo.

### ARCHIVAL INSTITUTIONS IN THE INFORMATION SOCIETY AND THE NEED FOR A SYSTEMIC DOCUMENT MANAGEMENT

### ABSTRACT

The Record Management has been one of the most debated topics in modern Archivist, especially with the new trends arising from technological change and the information society. However, numerous challenges include consolidation, especially in public archives because often problems of standardization and integration make up the context of these institutions. Therefore, this study aims to analyze the literature, research on Record Management, held in public archives with a view to integrating documentary produced in these archives. The study brings up some features and concepts of document archival, and Record Management systemic. It also shows the factors that interfered with upgrading of information, reflecting on the need for beyond archive in networks of information / knowledge, making it an integrated unit. Methodologically, the study was conducted by literature review, through the analysis of different publications, such as books on Record Management, articles, theses and dissertations produced in the last five years and indexed in the database SciELO Library and Institutional Repositories, and finally, also be used to query the archival legislation. The results of

---

<sup>309</sup> Professor do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em Arquivologia e Mestre em Ciência da Informação. Email: <luizarquivologia@gmail.com>.

<sup>310</sup> Professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduando em Arquivologia e bolsista de Iniciação Científica. Consultor informacional. Email: <jorjao20@yahoo.com.br>.

the review confirms that the term "systemic Record Management" is not being used by theorists in the field, however, to address the Record Management, it is assumed that it must be conducted on the basis of new tools, methodologies and archival resources, available in digital environment, being duly shared, consummating a dynamic, interactive and integrated archival ambience, permeated by collaborative work.

**Keywords:** Document. Document management. Systemic document management. Integration. Collaborative work.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as transformações ocorridas na sociedade remetem às organizações, a necessidade de integração, com vistas a conseguirem acompanhar as constantes novidades surgidas no mercado.

A explosão da informação, acompanhada pelo processo de globalização e do crescimento exagerado das novas tecnologias condicionam às organizações, sobretudo àquelas ligadas ao mercado da informação, a adotarem mecanismos de interação, de modo a romper as limitações de tempo e de espaço, facilitando o compartilhamento de informações, por conseguinte, sustentando a desterritorialização e satisfazendo as exigentes necessidades dos usuários da informação.

Essa abertura da organização ao meio externo desencadeou uma nova forma de gestão, a gestão sistêmica ou compartilhada. Esse termo, embora muito utilizado na Administração, tornou-se comum o seu uso por muitas áreas do conhecimento, especialmente, nos arquivos, de modo a facilitar o gerenciamento das etapas do ciclo informacional e as relações estabelecidas com outras unidades.

Essa afirmativa vai ao encontro das propostas legais atribuídas aos arquivos municipais do Estado de São Paulo. Segundo a legislação pertencente a esse estado, a Gestão Sistêmica de Documentos e Informações Municipais corresponde ao conjunto articulado de ações de planejamento e gerenciamento por uma tecnologia de informação que contempla o ciclo integral de documentos e informações, o contexto da produção, avaliação, tramitação, organização, acesso e destinação final de documentos arquivísticos municipais (SÃO PAULO, Lei n. 10.082, 1982).

Especificamente, no âmbito dos arquivos, unidade de informação de cunho documental, a gestão sistêmica se estende aos processos de gerenciamento documental, originando a formação de uma gestão documental sistêmica. Para ser

sistêmica ela deve estar inserida em um sistema integrado, ou seja, um ambiente constituído por pessoas, informação e tecnologias, formado por um conjunto de elementos que interagem mutuamente.

Logo, constata-se que a gestão documental sistêmica, a fim de ser desenvolvida, devem as unidades de informação adotarem metodologias integradas, formando um sistema integrado. Ademais, um sistema integrado de arquivo é “[...] um conjunto orgânico de arquivos, vinculado por uma direção central, que **normaliza os processos arquivísticos** e focaliza a informação em um ponto acessível à consulta externa e interna” (JARDIM, 1995, p. 30, grifo nosso).

Essa forma de gestão se torna de crucial importância, em especial nos arquivos públicos municipais, pois segundo Bernardes (2010), seu principal objetivo é promover a integração dos arquivos, de modo a preservar sua autonomia administrativa, e ao mesmo tempo, estabelecer um vínculo de natureza técnica entre as partes, e das partes com um órgão coordenador.

Assim sendo, surge a questão norteadora desta pesquisa<sup>311</sup>, cujo objetivo pretende encontrar respostas ao seguinte questionamento: quais as características da gestão documental sistêmica e como ela é realizada nos arquivos públicos municipais, tendo em vista a integração dos documentos produzidos pelas instituições municipais? Por decorrência, o estudo objetiva analisar na literatura, pesquisas sobre gestão documental sistêmica, realizadas em arquivos públicos com vistas à integração documental produzida em diferentes instituições. Para tanto, foram estabelecidos objetivos de natureza específica, que são: encontrar na literatura, conceitos e características para documentos, arquivo, gestão documental e gestão documental sistêmica; apresentar os fatores interferentes na modernização dos arquivos face às redes de colaboração; e, por fim, analisar na literatura, a gestão documental realizada em arquivos municipais.

Quanto à metodologia, esse estudo foi fundamentado por meio de duas modalidades de pesquisa, quais sejam: pesquisa bibliográfica e descritiva, cujas principais atividades correspondem, *a priori*, a um levantamento em variadas fontes de informação disponibilizadas para uso, sejam elas de natureza primária ou secundária, com vistas a abordar o que vem sendo publicado a respeito da temática central deste estudo: a gestão documental sistêmica.

<sup>311</sup> Pesquisa pertencente ao Projeto de Iniciação Científica, n.: 4951/2013, vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Departamento de Arquivologia, Ufes.

## 2 DIÁLOGO COM ALGUNS CLÁSSICOS

As unidades de informação compreendem instituições, cujas atividades se atêm à prestação de serviços de informação a uma dada comunidade ou organização. Por meio de técnicas e metodologias específicas para organização informacional, essas unidades são providas de estrutura tecnológica e material informacional, além de profissionais especializados para tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação das informações concretizadas em variados suportes.

Ao ser materializada em um suporte, a informação adquire características documentárias, proporcionando seu armazenamento e recuperação para fins comprobatórios ou de pesquisa. Assim, é bem-vinda, no âmbito arquivístico, a clássica definição de Briet (1953, p. 35) de que, documento representa “[...] toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de estudo, prova ou confronto”.

Corroborando com essa definição, o Arquivo Nacional (2005, p.11) considera como documento àquelas informações registradas em diferentes suportes, tendo em vista a sua utilização para “[...] consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprovam fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar”.

Se essas informações forem fruto de atividades desenvolvidas por uma sociedade ou uma organização, adquirem aspectos de informação arquivísticas, “[...] a partir de sua inserção em contexto administrativo de uma entidade coletiva ou de vida de uma pessoa ou família, passível de organização, tratamento, preservação, contextualização e comunicação [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 31)”, constituindo um recurso fundamental na geração de conhecimento, auxiliar do processo de tomada de decisões ou para fins de memória coletiva.

Os documentos produzidos por uma organização, seja ela pública ou privada, precisarão ser gerenciados, o que requer a construção de unidades de informação específicas para esse fim: os arquivos. Essas unidades compreendem o conjunto de documentos de qualquer instituição pública ou privada que tenham adquirido algum valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e

que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, em um arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2005).

Os processos realizados nos documentos, desde sua produção, perfazendo sua utilização até seu descarte ou guarda permanente visando seu armazenamento, bem como, sua recuperação, além de técnicas que viabilizem sua conservação, constituem, genericamente, a gestão documental (PAES, 2004). Segundo Bernardes (1998, p. 11, grifos nossos), essa forma de gestão, também denominada de administração de documentos, corresponde ao

Conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade **desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente)**, com vistas à racionalização e eficiência administrativas, bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural.

Com efeito, percebe-se que a consolidação da gestão documental requer a sistematização de atividades e procedimentos, realizados com técnicas e metodologias específicas, a fim de tornar o fazer mais científico. No âmbito dos arquivos públicos, devido ao acentuado crescimento da massa documental, bem como a necessidade de intercambiar informações com outras unidades, faz-se necessária a adoção de uma gestão sistêmica.

O termo “sistêmica” foi proposto por Checkland e Scholes (1992) e representa no âmbito organizacional uma análise abrangente que engloba a visão de totalidade, fundindo as partes inter-relacionadas que compõem um sistema. A gestão documental sistêmica surge com essa mesma proposta, adequando-se ao contexto demandado pela organização mantenedora da unidade arquivística. Profere Belém (2009), que os arquivos devem constituir uma rede sistêmica pertencente a uma nação, estado ou município, que interage por meio de diretrizes, normas e políticas, visando à preservação de uma totalidade da informação arquivística produzida no seu contexto.

Sendo assim, a gestão documental sistêmica objetiva padronizar os métodos de trabalhos realizados pelos arquivos pertencentes à mesma esfera territorial, de modo a contribuir na troca de informação, bem como viabilizar o compartilhamento de técnicas praticadas de forma padrão por diferentes instituições.

## 2.1 Fatores interferentes na formulação na formulação da gestão sistêmica

Neste início de milênio, o mundo passa por mudanças tecnológicas e organizacionais de enorme relevância, pois o avanço das redes computacionais que reduzem fronteiras e colocam nações do mundo inteiro em contato uma com as outras, no mesmo instante, e em localidades cada vez mais distantes, desencadeiam um contato mais íntimo com as ideias e fenômenos existentes na sociedade.

As mudanças são frutos do fenômeno da globalização, cujos resultados favorecem a formação da Sociedade da Informação. Esses acontecimentos representam

[...] uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um **novo paradigma técnico-econômico**. É um **fenômeno global**, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infraestrutura de informações disponível [...] (TAKAHASHI, 2000, p. 5, grifo do autor).

O processo de globalização e a chegada da Sociedade da Informação são sustentados pelo avanço tecnológico, o qual favorece a produção documental no mundo inteiro, despertando à chamada explosão bibliográfica. Também chamada por alguns de caos documentário, a explosão bibliográfica corresponde

[...] ao acentuado volume de publicações lançados no mercado, cujas causas estão relacionadas à invenção da imprensa de Gutenberg, em 1448. Foi por meio desse acontecimento que surgiu a possibilidade de reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou, ao longo de seis séculos, o aumento exponencial do volume de publicações editadas no mundo (WEITZEL, 2002, p. 62).

Na visão de Carvalho e Kanisiki (2000), o que assistimos hoje é o estabelecimento de novas parcerias, a busca de ações e ferramentas que nos permitam localizar, filtrar, organizar e resumir informações que sejam úteis aos usuários, independentemente do lugar onde eles (usuários) e elas (informações) estejam localizadas e a qualquer momento resultando em economia de tempo para usuários e profissionais da informação.

O uso da tecnologia nas organizações modernas desperta transformações

arrebatadoras. Jardim (1992) já proclamava na década de 90 que as sociedades modernas estão sob "choque informático", ou seja, suas estruturas econômicas, sociais e culturais estão sendo profundamente alteradas com as novas tecnologias da informação. A crescente utilização desses recursos vem afetando hábitos, conhecimentos, competências, o universo cultural e mesmo a razão de ser dos indivíduos.

A utilização das novas tecnologias contribuiu para que a Arquivística adaptasse a novas técnicas de trabalho, adentrando-se ao campo da Ciência da Informação, criando princípios globais e locais aplicáveis a todas as instâncias e contextos, através da normalização dos seus princípios orgânico-descritivos, de vocabulário internacional e homologação dos conteúdos da formação profissional (REIS, 2006).

Nesse contexto de transformação, não resta dúvida de que as unidades de informação utilizam-se dos processos de cooperação e de compartilhamento de recursos, através de redes e sistemas informatizados. O trabalho em redes transcendeu o lado material, sendo possível, hoje, a colaboração, com a troca de experiências, a solução compartilhada de problemas e a elaboração conjunta de procedimentos e serviços, de forma rica, por instituições e profissionais que optam por essa forma de atuação, que pode ser denominada rede social de conhecimento (MORIGI; PAVAN, 2003).

As unidades de informação adentram-se às redes de informação e do conhecimento com várias intenções. Em primeiro lugar é ampliar sua oferta de informações a usuários, tendo em vista satisfazer de forma íntegra suas necessidades. Além disso, ao realizarem trabalho de colaboração, essas unidades utilizam benefícios recíprocos, de modo que ambas as partes sejam beneficiadas. Para Tomaél (2005), as redes de informação constituem a reunião de sujeitos e instituições intercambiando informações, com vistas a organizar produtos e disponibilizar serviços, que seriam impossibilitados ou demandaria um custo maior se não houvesse a participação das partes.

No entendimento de Tomaél (2008), o trabalho colaborativo em redes proporciona uma série de benefícios, servindo como ponto de partida para a troca de conhecimentos, experiências e vivências individuais, em prol de um benefício em comum. A referida autora destaca que, ao compartilhar, os usuários dos sistemas integrados fomentam novas ideias, conhecimentos e processos, que são

sustentados pela interação entre os diferentes indivíduos que alimentam o sistema de informação, tendo como consequência, fortalecer estoques individuais e coletivos sobre determinado objeto.

Nesse enfoque, é vista com louvor a ideia do rizoma atribuída à realidade das unidades de informação, conforme enfatizado por Carvalho (2004). A teoria do rizoma foi proposta por Deleuze e Guatary (1995), ao defenderem que as instituições pertencentes à sociedade contemporânea, inseridas em um contexto de globalização, tendo auxílio das novas tecnologias, estão atreladas uma às outras, compartilhando informações, em um processo contínuo, sem delimitação de início e fim. Semelhantemente às demais organizações inseridas em uma sociedade globalizada, as unidades de informação somente realizarão seus objetivos com consistência se forem inseridas em um contexto integrado.

Desse modo, as atividades realizadas em um arquivo também podem, em alguns aspectos, adentrarem-se ao compartilhamento de informações, inserindo-se no contexto das redes colaborativas, se tornando, nos tempos atuais, uma realidade imprescindível, mesmo se mostrando como atividades complexas, exigindo capacitação e investimento por parte da instituição mantenedora. Sendo assim, no âmbito arquivístico, torna-se necessária a realização de pesquisas, tendo em vista, demonstrar a importância de se utilizar uma gestão de documentos inserida no bojo das redes de informação e conhecimento, contribuindo no compartilhamento das técnicas, metodologias, instrumentos e recursos arquivísticos.

A partir dessa contextualização e das reflexões advindas de teóricos clássicos pertencentes à Ciência da Informação em nível nacional ou internacional e devido à característica inédita do termo “Gestão documental sistêmica”, será analisado a seguir, pesquisas atuais que retratem aspectos relacionados a essa nova forma gestão em arquivos públicos, de modo a evidenciar como esse assunto vem sendo tratado pela literatura científica da área.

### **3 GESTÃO DOCUMENTAL SISTÊMICA E SEUS PORMENORES: O QUE DISPÕE A LITERATURA?**

Este estudo fundamentou-se em duas modalidades de pesquisa, quais sejam: pesquisa bibliográfica e descritiva, cujas principais atividades correspondem, *a priori*,

a um levantamento em variadas fontes de informação disponibilizadas para uso, sejam elas de natureza primária ou secundária.

Especificamente no contexto deste estudo, a pesquisa classifica-se em bibliográfica e descritiva devido à natureza dos objetos que compõem a amostragem. Os objetos analisados foram: livros, periódicos e legislação documental. Os livros utilizados dizem respeito a publicações renomadas da área de Gestão Documental; quanto aos periódicos, foram utilizadas revistas técnicas de Arquivística indexadas na base de dados da Biblioteca Scielo<sup>312</sup> e em repositórios institucionais<sup>313</sup> de algumas universidades federais brasileiras; por fim, a legislação consultada, refere-se à Lei n. 10.082 que estabelece a gestão sistêmica nos arquivos de São Paulo, como também a consulta à Lei nº 8.159, à qual dispõe sobre a política nacional de arquivos.

É importante delimitar a revisão de literatura no tempo e no espaço, visando a selecionar com mais criteriosidade as fontes encontradas. Delimitar um tema no tempo significa particularizá-lo em um período pré-estabelecido. Corresponde a “quando” foi realizado o estudo analisado. Delimitar um tema no espaço equivale ao “onde” se pesquisa (GIL, 2002). Especificamente, no contexto desta pesquisa, buscou-se a literatura publicada nos últimos cinco anos (2009-2014).

A busca e seleção das fontes foram feitas utilizando-se os seguintes descritores: “gestão documental – arquivística”, tanto na base Scielo quanto nos repositórios da UFMG. Os resultados encontrados estão sintetizados no quadro abaixo.

#### QUADRO 1 – FONTES RECUPERADAS A PARTIR DA BUSCA E SELEÇÃO NAS BASES DE DADOS

ANO	AUTOR	TÍTULO	LOCAL
2010	Sérgio Renato Lampert e Daniel Flores	Os Sistemas de <i>workflow</i> em arquivística: a identificação dos	Revista em Perspectiva da Ciência da Informação

<sup>312</sup> Projeto que tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico, visando a formação de uma biblioteca virtual de periódicos científicos (PACKER, 1998).

<sup>313</sup> Bases de dados de textos completos da produção científica. A instituição se compromete, por meio desse repositório, a promover e assegurar o controle bibliográfico e facilitar o acesso à informação ali depositada, além de responsabilizar-se também pela sua preservação (KURAMOTO, 2007, p. 142).

		modelos e a análise das ferramentas	
2012	Murilo Billig Schäfer e Eliseu dos Santos Lima	A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais	Revista Perspectiva em Ciência da Informação
2013	Luiz Carlos da Silva	Políticas públicas de arquivo: a gestão documental do arquivo público do estado do Espírito Santo	Repositório UFMG
2013	Rosilene Silva dos Santos	Gestão de documentos na administração pública estadual de Minas Gerais: um estudo de caso	Repositório UFMG

Fonte:elaborado pelos autores

Quanto à abordagem das fontes, a pesquisa utilizou-se da abordagem interpretativa, utilizando como técnica de pesquisa, a análise de conteúdo, estando essa análise voltada para o estudo das ideias e não das palavras, o que remete a afirmar a necessidade de reflexão e interpretação dos documentos por parte do pesquisador, exigindo o domínio especializado das técnicas de leitura e observação, conforme expresso por Bardin (2007, p. 41) de que “[...] a leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma ‘leitura à letra’, mas antes o realçar de um sentido que se encontra num segundo plano”.

Assim, após recuperação dos artigos, procedeu-se à interpretação dos mesmos, atentando-se às conclusões obtidas em cada um dos estudos. A fim de facilitar essa compreensão, utilizou-se de técnicas de leitura, elaboração de resumos e fichamentos, tendo em vista localizar com mais precisão e rapidez os principais assuntos tratados que se relacionavam com a Gestão Documental Sistêmica.

Analisando o artigo de Lampert e Flores (2010), constatam-se as novas definições e metodologias que foram incorporadas ao universo da Arquivística, na modernidade, favorecendo a ruptura de velhas concepções e o surgimento de novos paradigmas, os quais convergem a necessidade de constantes mudanças e adaptações na ambiência das organizações, sobretudo as unidades de informação arquivística.

O estudo desses teóricos destaca que o crescimento acelerado da tecnologia condicionou o aumento do volume, processos e tarefas nos últimos anos, o que requer novas metodologias de trabalho, condicionando os profissionais que lidam com a informação buscarem otimizar os fluxos de informação e os processos organizacionais através da tecnologia da informação.

Esses autores ainda defendem que, no contexto arquivístico, os desafios propostos pelas novas tecnologias podem ser superados por meio da utilização da tecnologia workflow, um tipo de tecnologia voltada para o gerenciamento eletrônico de documentos e o controle dos fluxos de informação que perpassem o trâmite documental durante todo o ciclo de vida do documento. Assim, essa tecnologia possibilita “[...] automatizar processos, racionalizando-os e potencializando-os, por meio de dois componentes implícitos: organização e tecnologia [...]” (CRUZ, 1998 apud LAMPERT; FLORES, 2010, p. 218).

Com base no estudo de Lampert e Flores (2010), percebe-se que a (re) evolução da tecnologia desencadeia mudanças no suporte da informação, logo, favorece a elaboração de novos fluxos informacionais, o que requer diferentes métodos para garantir controle e gerenciamento da informação arquivística. Confirma-se que a Sociedade da Informação e os avanços das novas tecnologias vêm proporcionando ao mercado a delimitação de um novo espaço de trabalho, rompendo-se as fronteiras geográficas e as limitações temporais, o que condiciona às organizações adentrarem-se a novas concepções paradigmáticas.

Percebe-se, a partir do estudo desses autores, que o paradigma moderno se sustenta na socialização, condicionando a formação de uma aldeia global, em que, através da formação de redes, a informação é compartilhada, consolidando-se em um processo contínuo. Logo, não se delinea o início e nem o fim dos fluxos de informação. Assim, as organizações devem adentrarem-se a essa comunhão, tornando-se integradas a outras organizações e novos usuários.

Além das novas metodologias de trabalho e das técnicas de tratamento, controle, organização e recuperação da informação, a tecnologia favorece a construção de documentos no formato digital. Os formatos digitais requerem também, a delimitação de novas técnicas para aplicação da gestão de documentos que se realiza por meio do ambiente web.

A esse respeito, recorre-se ao estudo publicado por Schäfer e Lima (2012, p. 137), cuja temática central desenvolve-se em meio à gestão de documentos digitais. Esse estudo, em linhas gerais, disserta que,

Na busca por maior agilidade e eficácia na realização de suas atividades, as organizações utilizam, cada vez mais, os documentos arquivísticos digitais. As características desses documentos - detentores de informações indispensáveis para a consecução dos objetivos organizacionais - permitem o acesso facilitado às informações, agilidade no desenvolvimento de projetos, compartilhamento simultâneo da informação entre indivíduos e organizações, além de promover a difusão de acervos culturalmente relevantes [...].

Inúmeros estudos realizados na área da Ciência da Informação já demonstraram os grandes desafios oriundos com a construção dos documentos digitais, devido à complexidade atribuída aos suportes digitais e a ambiência na qual são inseridos (ALVARENGA, 2006; LIMA, 2006; SANTA ANNA, 2013). Desse modo, não resta dúvida de que, a gestão de documentos a serem realizadas nessa nova tipologia documental irá requerer novas concepções. Mesmo possuindo esses desafios, a gestão documental deve priorizar a

[...] transparência das atividades, possibilitando a governança e o controle das informações; documenta as atividades de pesquisa, desenvolvimento, assegura, de forma eficiente, a produção, administração, manutenção e destinação; eliminação dos documentos que não tenham valor administrativo fiscal, legal ou para pesquisa científica e histórica [...] (RIBEIRO, 2010 apud SCHÄFER; LIMA, 2012, p. 140).

De acordo com os estudos de Schafer e Lima (2012), embora a gestão documental seja um tema muito discutido na literatura, na prática essa forma de gestão ainda enfrenta muitos entraves. Os desafios para a efetivação da gestão de documentos e informações aumentam pela falta de consciência dos gestores frente ao tema, inexistência ou escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos e, principalmente, pela cultura organizacional arraigada e inflexível, que não

incentiva as mudanças necessárias, para se efetivar um contexto organizacional pautado no uso racional da informação.

Nesse contexto, visando uma melhor aplicabilidade da gestão documental, faz-se necessário, *a priori*, o estabelecimento de políticas que justifiquem e assegurem a aplicação dos processos. A esse respeito, Silva (2013, p. 21) destaca que,

Diante dessas demandas, necessitamos de decisões equilibradas, formuladas através de aspectos legais, para posterior serem implementadas por ações políticas e, por fim, para se verificar as intercorrências que serão corrigidas pela reprogramação [que apresentará] soluções em relação aos objetivos que não foram alcançados.

A construção de políticas, segundo o mesmo autor, se torna ainda mais necessária nas organizações públicas, na qual a burocracia se faz fortemente instituída. Para o autor, as políticas desenvolvidas como gestão documental, através dos órgãos estatais que armazenam esses documentos com potencial informacional, garantem o bom funcionamento da administração que utiliza a burocracia, para fins de eficiência e economia.

Silva (2013, p. 45, grifo nosso) enfatiza que esses órgãos burocráticos são denominados de Arquivos Públicos, tendo a competência de orientar programas de gestão documental nos diversos organismos. Essas unidades de informação devem adotar medidas que assegurem sua permanência na sociedade globalizada, tornando-se estratégicas. Desse modo, os arquivos públicos são estratégicos quando “[...] possuem **políticas bem definidas** para atender demandas e necessidades de informação social [...]”. O mesmo teórico frisa que nesses arquivos são reunidos registros para a defesa de direitos de quem produz o documento, no cumprimento da missão de agente estatal e servem de fontes de informações para os cidadãos.

É importante destacar que as políticas não são apenas um conjunto de decisões, mas é concebida, formulada e implementada a partir de personagens que se relacionam e se influenciam mutuamente, em um ambiente de conflitos e consensos. Acontecem em territórios de divergências e tentativas de convergências (SILVA, 2013).

A pesquisa de Silva (2013) foca na importância de se realizar gestão de documentos em arquivos públicos, defendendo o autor, que somente se efetivará esse processo quando a instituição estabelecer políticas consistentes. O autor recomenda que,

Precisamos de **ambientes estruturados** e de leis que garantam as institucionalizações destes ambientes, e que os regulamentem para evitar as possíveis mudanças nas estruturas, desvinculadas de planejamentos. O governo é responsável por desenvolver os programas e ações para as decisões políticas referentes à informação, que são justificáveis porque todo cidadão tem o direito a informação e é dever do Estado manter a sociedade informada através de serviços desenvolvidos para este fim (SILVA, 2013, p. 53, grifo nosso).

No que se refere à gestão documental sistêmica, embora o estudo de Silva (2013) não se direcione a essa temática, podemos perceber algumas inferências que podem ser evidenciadas como pressuposto de uma gestão em abordagem sistêmica.

A esse respeito, o autor discorre ao longo de sua pesquisa, sobre a evolução histórica da Arquivística ao longo dos tempos, destacando as mudanças ocorridas, sobretudo no que se refere às novas abordagens trazidas com a proposta da Arquivística Integrada. Essa nova teoria baseia-se na junção da Arquivística Tradicional com a records management.

A primeira era direcionada a um contexto europeu, tendo o arquivo como objeto de estudo e sua função era puramente custodial. Já o modelo records management, tendo um enfoque norte-americano, baseia-se na gestão de documentos administrativos, compreendendo todas as fases do ciclo de vida do documento.

Citando Lopes (2009), o autor discorre que a arquivística integrada nasceu de uma crítica ao modelo records management, não sendo uma síntese simplificada das duas correntes. Os núcleos de inteligência das duas correntes foram aproveitados e fazem parte da arquivística integrada. Eles foram revistos e assimilados. Entretanto, como ensina Aristóteles, o todo é superior, logo, diferente da soma das partes.

Assim, a Arquivística Integrada pretende romper a tradição e conceber a informação orgânica de seu nascimento a seu destino final. Contribui para a definição de uma profissão capaz de gerar, tratar e dar acesso a informações

arquivísticas, no esforço conjunto das demais ciências e profissões envolvidas com o fenômeno contemporâneo da explosão documental (LOPES, 2009 apud SILVA, 2013). Contudo, em nível de Brasil, a gestão documental foi abordada de forma mais integrada, sem separar o “records management” (gestão de documentos) e “archives” (arquivos permanentes) (MORENO, 2008 apud SILVA, 2013).

Pela Arquivística Integrada, a unidade arquivística adquire funções diversas, tendo em vista, tanto o arquivamento permanente quanto outras fases do ciclo da informação, sendo necessário estabelecer técnicas de controle e organização do documento durante sua produção e distribuição. Com essa integração das diversas fases do ciclo, presume-se, também, a necessidade de padronização entre diversos arquivos, visando estabelecer uniformização nas técnicas utilizadas, além de viabilizar o compartilhamento das técnicas, metodologias e dos recursos utilizados, provocando economia de tempo e de custos.

Embora a tese de Santos (2013) também não utilize a expressão “Gestão Documental Sistêmica”, encontra-se alguns indícios que indiquem o estabelecimento do arquivo em um sistema. Utilizando as ideias clássica de Rhoads (1983), a autora profere que

[...] um **sistema integral** de gestão de documentos ocupa de todas as fases do ciclo de vida dos documentos, desde o que ele chama de seu “nascimento” até a sua “morte” ou destruição, quando cumpriram com as finalidades pertinentes. [...] reencarnação a fase que os documentos transformam-se em arquivos permanentes, por possuírem valores que justifiquem sua conservação (SANTOS, 2013, p. 33, grifo nosso).

Se baseando na teoria de Fonseca (2005), Santos (2013) destaca que as rápidas mudanças ocorridas na sociedade condicionam a necessidade de modernização dos arquivos, de forma a inseri-los na sociedade pós-moderna, adequando-se às novas necessidades das organizações mantenedoras dos arquivos. Um dos pontos representativos da modernização das instituições arquivísticas está o fortalecimento de uma rede nacional de instituições arquivísticas, com a criação do Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, que deveria estabelecer uma cooperação interinstitucional das instituições arquivísticas brasileiras. Sob a liderança do Arquivo Nacional e coordenação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), foram realizados cursos de capacitação em âmbito regional e uma Conferência Nacional de Arquivos Públicos (SANTOS, 2013).

A criação de uma rede nacional de instituições arquivísticas induz o estabelecimento de parcerias entre as unidades pertencentes à rede, de modo que, os serviços possam ser compartilhados, favorecendo a consolidação de um trabalho dinâmico, integrado e colaborativo entre as unidades associadas.

De modo geral, o trabalho cooperativo além de poupar tempo e esforços desnecessários desencadeia a uniformidade nas práticas de tratamento documentário realizadas por diferentes unidades. O trabalho em rede imprime a utilização dos mesmos métodos, técnicas e instrumentos de trabalho, bem como a utilização das mesmas políticas, o que favorece a padronização em todos os procedimentos realizados na gestão documental e em diferentes ambiências.

Assim sendo, no entendimento de Indolfo (2012 apud SANTOS, 2013), a padronização visa alcançar a qualidade, eficiência e transparência nas relações no contexto de mundo globalizado, ao ressaltar que a tarefa ou o exercício da normalização, a cargo de diversas instituições, além de abranger a elaboração e aprovação de normas, apresenta-se como solução para integrar e interligar com qualidade, eficiência e transparência o mundo globalizado.

O estudo de Santos (2013) constatou que a literatura da área de gestão de documentos no Brasil é escassa no que se refere à elaboração e implantação de programas de gestão de documentos. Assim, parece que a gestão de documentos sistêmica também enfrentará desafios para ser instituída, uma vez que sua consolidação será melhor direcionada se houver, anteriormente, uma gestão documental consumada na ambiência das unidades de informação arquivística.

As dificuldades enfrentadas para a efetivação da gestão documental é fruto de inúmeras situações. Tendo a tese de Indolfo como referência, Silva (2013) destaca a falta de recursos humanos capacitados para a execução de tal atividade e falta de instrumentais técnicos, indispensáveis para orientar os procedimentos fundamentais de classificação e organização, de análise e seleção documental.

Também se aponta como fator dificultador do crescimento e utilização da gestão documental no Brasil, o desinteresse dos administradores, públicos e privados, que, não agem de forma pró-ativa, realizando planejamento, mas atuam de forma reativa, deixando o arquivo se tornar um amontoado de papéis acumulados, sem tratamento e acondicionamento adequado, sendo necessário a liberação de espaço físico.

Em linhas gerais, percebe-se, com base nas quatro publicações analisadas, que elas não adotam a expressão “gestão documental sistêmica”. No entanto, todas elas apontam a necessidade de se construir uma gestão documental integrada no arquivo, utilizando-se das potencialidades que as novas tecnologias e o ambiente digital proporcionam, com vistas a realizar práticas arquivísticas em colaboração, por meio de um processo de compartilhamento.

Fica evidenciado que os arquivos, incluindo-se tanto os públicos quanto os privados, devem adotar uma gestão documental sistêmica. As evidências constatadas a partir das análises nos estudos propostos servem de fundamentação para confirmar que a gestão documental sistêmica constitui uma realidade urgente e inquestionável na ambiência arquivística, faltando apenas sua consolidação, o que requer a elaboração de novas pesquisas, em nível prático quanto teórico, a fim de instituir uma prática arquivística colaborativa, adentrando-se às novas necessidades demandadas pela sociedade contemporânea.

#### **4 À GUIA DE CONCLUSÕES**

Com base no objetivo proposto neste artigo e utilizando-se das reflexões e argumentos relatados pela literatura analisada, é possível concluir que a unidade arquivística está permeada pelas mudanças advindas da sociedade contemporânea, refletindo a formação de diferentes práticas arquivísticas, pautadas no uso das novas tecnologias.

Por meio da análise nas publicações selecionadas, constata-se que o termo “gestão documental sistêmica” ainda não está sendo utilizado pelos teóricos da área, no entanto, ao abordar a gestão documental, presume-se que ela deve ser conduzida com base em novos instrumentos, metodologias e recursos arquivísticos, estando inserida em uma nova ambiência: o espaço digital.

Por meio do estudo em teóricos clássicos da área, foi possível constatar que a unidade de informação arquivística é constituída por novas estruturas, estando a informação amparada por novos artefatos tecnológicos, os quais desencadeiam novas formas de tratar, organizar e disseminar a informação arquivística, utilizando outros meios de socializar a informação, sustentada em instrumentos disponibilizados pelo ambiente digital.

A literatura é unânime ao considerar que os fatores interferentes na renovação da prática arquivística estão pautados no surgimento dos processos de globalização, no crescimento da explosão informacional e no uso acentuado das novas tecnologias da informação e comunicação. A literatura também adota consenso ao identificar como maiores desafios para a consolidação efetiva da gestão documental, a falta de planejamento e o descaso das instituições mantenedoras em oferecer recursos humanos e tecnológicos aplicáveis aos procedimentos arquivísticos.

Assim, o documento arquivístico, o arquivo e a gestão documental permanecem instituídos na sociedade, exigindo dos profissionais a aplicação de técnicas arquivísticas, possuidoras da mesma essência quando foram criados no início da profissão. Todavia, o que se modifica com o uso das novas tecnologias, são os novos formatos de representação da informação e as diversas formas de armazenar e disseminar essa informação, que passa a ser compartilhada entre as diversas unidades existentes, proporcionando maior economia de tempo e de recursos.

Com isso, presume-se que, no novo contexto, repleto por constantes transformações e diante das exigências das instituições mantenedoras dos arquivos, a gestão documental sistêmica se torna uma realidade inquestionável, não bastando mais ao arquivo realizar apenas a gestão de documentos, mas é preciso inseri-la em uma rede de compartilhamento, consumando uma ambiência dinâmica, interativa e integrada, permeada por trabalho colaborativo.

A partir do que ficou constatado a respeito da importância que a gestão documental, se realizada de forma sistêmica, pode condicionar aos arquivos, conclui-se que, devido à escassez de pesquisas com essa temática, recomenda-se a realização de constantes estudos, seja no âmbito epistemológico quanto pragmático, voltados a demonstrar essa necessidade e apresentar propostas e modelos de como efetivar esse tipo de gestão face aos desafios impostos pela tecnologia e as constantes exigências sociais e institucionais.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lidia. Organização da informação nas bibliotecas digitais. In: NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (Org.). **Organização da informação:**

princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 14 maio. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2007.

BELÉM, Fabiane Marques. **A gestão sistêmica de arquivos a partir da análise dos sistemas estaduais de São Paulo e Rio Grande do Sul**. Monografia (Graduação em Arquivologia, Departamento de Ciência d Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22774/000741065.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

\_\_\_\_\_. Gestão documental e preservação da memória. In: ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 5 - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 13 a 15 de outubro de 2010. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/CD\\_CAC\\_CGD/docum%20entos/textos/10.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/CD_CAC_CGD/docum%20entos/textos/10.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2014.

BRASIL. **Lei n. 8159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 20 maio 2014.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris, Presses Universitaires de France, 1953.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem?. **Ci. Inf.** [online]. 2000, v.29, n.3, p. 33-39. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652000000300004>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CHECKLAND, P.; SCHOLLES, J. **Soft Systems Methodology in Action**. Chichester: John Wiley & Sons, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 251-260.

\_\_\_\_\_. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, 1995.

KURAMOTO, H. Acesso livre. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para entender a ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 145-160.

LAMPERT, Sérgio Renato; FLORES, Daniel. Os Sistemas de workflow em arquivística: a identificação dos modelos e a análise das ferramentas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.216-232, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/12.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

LIMA, Gercina Ângela Borem. Organização da informação para sistemas de hipertextos. In: NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (Org.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília: Briquet Lemos, 2006.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Entre o “tradicional” e o “virtual”: o uso das tecnologias de informação e comunicação e as mudanças nas bibliotecas universitárias. Florianópolis, **Revista ACB**, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/391/481>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PACKER, Abel Laerte et al . SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998 . Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.p hp?>

script=sci\_arttext&pid=S0100-19651998000200 002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 mar. 20 13. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000200002>.

PAES, M. L. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

REIS, Luis. O arquivo e a Arquivística: evolução histórica. **Biblios**. Lisboa, v. 7, n. 24, abr./jun., 2006.

SANTA ANNA, Jorge. A (r)evolução digital e os dilemas para a catalogação: os cibertecários em atuação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2, **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/aluno-ccje/Downloads/21-185-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

SANTOS, Rosilene Silva dos. **Gestão de documentos na administração pública estadual de Minas Gerais: um estudo de caso**. 2013. 168 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9D7FNZ/disserta\\_\\_o\\_final.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9D7FNZ/disserta__o_final.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 maio 2014.

SÃO PAULO, **Lei n. 10.082** de 1982. Dispõe sobre a implantação da Política de Gestão Sistemática de Documentos e Informações Municipais – GSDIM e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/administracao/arquivos/Lei\\_10082.pdf](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/administracao/arquivos/Lei_10082.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SCHÄFER, Murilo Billig; LIMA, Eliseu dos Santos. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.3, p.137-154, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n3/a10v17n3.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SILVA, Luiz Carlos da. **Políticas Públicas de Arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC->

[9C2NQR/pol\\_ticas\\_p\\_blicas\\_de\\_arquivo\\_a\\_gest\\_o\\_documental\\_do\\_arquivo\\_p\\_blico\\_do\\_es\\_tado\\_do\\_esp\\_rito\\_santo.pdf?sequence=1](#)>. Acesso em: 20 maio 2014.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TOMAÉL, Maria Inês. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1-2, jan./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Redes de conhecimento. **DataGramZero**, [S.l.], v. 9, n. 2, abr. 2008

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61 - 67, jan./jun. 2002. Disponível em: < file:///C:/Users/aluno-ccje/Desktop/414-1442-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.